

FATORES PSICOSSOCIAIS E O PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NO TRABALHO: REFLEXÕES ACERCA DA SOCIEDADE HODIERNA

PSYCHOSOCIAL FACTORS AND THE HEALTH-DISEASE PROCESS AT WORK: REFLECTIONS ON CONTEMPORARY SOCIETY

Brunna Cristhianini Ferreira¹
Matheus Fernandes de Castro²

1 Discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, Câmpus de Assis/SP

2 Professor do Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Câmpus de Assis/SP

Resumo: Este artigo trata de um texto de opinião no qual os autores discorrem sobre o trabalho assalariado e os fatores psicossociais que o constituem atualmente. Com a evidente centralidade do trabalho na existência humana, urge discutir sua relação com o sujeito e seus atravessamentos na subjetividade do trabalhador em uma sociedade capitalista neoliberal. Sob perspectiva micro e macrossocial, aborda-se os fatores psicossociais no trabalho e seu impacto na saúde do trabalhador, através da literatura científica na área da psicologia. Ressalta-se a complexidade das relações de trabalho na sociedade capitalista da contemporaneidade, bem como os aspectos mordazes da sociedade do desempenho e do cansaço.

114

FERREIRA, B.C; CASTRO, M.F. *Fatores psicossociais e o processo de saúde-doença no trabalho: reflexões acerca da sociedade hodierna*: R. Laborativa, v. 14, n. 2 p. 114-128, out./2025. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

Palavras-chave: Trabalho, Fatores Psicossociais; Saúde-Doença; Sociedade do Cansaço.

Abstract: This article is an opinion piece in which the authors discuss wage labor and the psychosocial factors that currently constitute it. Given the evident centrality of labor in human existence, it is urgent to discuss its relation to the subject and its impacts on the worker's subjectivity in a neoliberal capitalist society. From both micro and macrosocial perspectives, the article addresses psychosocial factors in the workplace and their impact on workers' health, based on the scientific literature in the field of psychology. It highlights the complexity of labor relations in contemporary capitalist society, as well as the corrosive aspects of the society of performance and exhaustion.

Keywords: Labor; Psychosocial Factors; Health-Disease; Society of Exhaustion.

Resumen: Este artículo es un texto de opinión en el que los autores disertan sobre el trabajo asalariado y los factores psicosociales que lo constituyen actualmente. Dada la evidente centralidad del trabajo en la existencia humana, es urgente discutir su relación con el sujeto y sus repercusiones en la subjetividad del trabajador en una sociedad capitalista neoliberal. Desde una perspectiva micro y macrosocial, se abordan los factores psicosociales en el trabajo y su impacto en la salud del trabajador, a partir de la literatura científica en el área de la psicología. Se resalta la complejidad de las relaciones laborales en la sociedad capitalista contemporánea, así como los aspectos mordaces de la sociedad del rendimiento y del cansancio.

Palabras clave: Trabajo; Factores Psicosociales; Salud-Enfermedad; Sociedad del Cansancio.

Trabalho e subjetividade

Historicamente, o trabalho humano e suas definições sofreram alterações concomitantes com as mudanças sociais. Para Lukács (2010), embasado sobre o marxismo histórico dialético, o trabalho corresponde ao fundamento ontológico do ser social, ou seja, é o que diferencia o homem dos outros seres que compõem nossa realidade: seres inorgânicos e seres orgânicos. Basicamente, os primeiros são todos os elementos, compostos de matéria de energia, que compõem o nosso mundo, desde o seu surgimento. O segundo grupo é composto pelos seres vivos, como animais, plantas etc. Os seres sociais, somos nós, os seres humanos, capazes de nos adaptarmos ativamente ao ambiente, pois damos respostas conscientes, através dos pôres teleológicos, do qual, o trabalho é sua protoforma.

Este trabalho, assim como definido na ontologia Lukácsiana, é uma abstração das atividades cotidianas realizadas pelos homens na realidade de cada época histórica. Desde o surgimento do capitalismo, o trabalho passa a sua forma assalariada: uma relação social marcada pela forma mercadoria, submetendo a atividade laboral a forma de força de trabalho (energia dispendida para a realização de uma tarefa). Nesse momento, o estranhamento passa a ser a característica fundamental desta atividade, pois os o desenvolvimento técnico da forças produtivas não representam mais, necessariamente, um progresso no desenvolvimento da personalidade humana: a integração do desenvolvimento de nossas habilidades em relação ao desenvolvimento do gênero humano de forma integral. A impossibilidade das pessoas de se apropriarem integralmente do desenvolvimento de nossas forças produtivas (tecnologias, habilidades etc.), fato expresso pela extrema desigualdade social, nos mais diferentes âmbitos de nossa existência, revelam uma impossibilidade de nossa espécie desenvolver trocas humanamente significantes com o ambiente (todos os sistemas de objetos e de ações humanas), inviabilizando nosso progresso enquanto seres sociais, enquanto gênero humano.

Atualmente, sob o Tecnocapitalismo, o trabalho se torna cada vez mais estranhado atingindo não apenas o psiquismo do trabalhador, mas também, sua vida como um todo, sendo uma maneira de precarização da existência (ALVES; GONÇALVES; CASULO, 2022). O autor apresenta o desenvolvimento da economia política da sociedade capitalista brasileira, através do século XX e XXI, para evidenciar como o trabalho estranhado, no Brasil, se engendra com a constituição histórica do Estado brasileiro, chegando até a sua configuração neoliberal, que precariza, por completo, a vida cotidiana e as possibilidades de subversão da exploração do trabalhador. Dessa forma, mostra como as novas tecnologias contribuíram para a degradação do processo civilizatório e o agravamento do estranhamento.

Mesmo diante de um cenário tão degradante o trabalho ainda ocupa uma função central na vida humana. É fonte de subsistência, de identidade, de prazer e de reconhecimento. Ele apresenta como um atravessamento na subjetividade implicando ativamente na constituição psíquica e social, além de atuar como um agente determinante no processo de saúde-doença (BARUKI, 2018).

De uma perspectiva clínica, o trabalho representa para além de uma relação empregatícia e salarial, mas parte da noção de empregar as particularidades do sujeito a uma tarefa delimitada. Trata-se de um engajamento do corpo, mobilização das inteligências, capacidade de reagir, sentir, pensar, interpretar, ressignificar, inventar e adaptar-se à circunstâncias e pressões sociais e materiais (DEJOURS, 2004). Trabalhar ultrapassa a concepção de trabalho ordenado em espaço e tempo definidos, tipificado na definição de emprego, e acaba por penetrar e entremear as subjetividades, de modo que absorva todos os meandros de nossa existência.

Em uma sociedade capitalista, o trabalho pode ser entendido também como suporte ou condição para o consumo. Sem deixar de ser de ordem constitucional da identidade subjetiva, e ainda com papel de mediador e mantenedor do pacto social articulado e estruturante dos modos de produção, o trabalho passa a responder mais pelo o que ele possibilita comprar, do que pelo que é possível construir com ele, ou então como é feito (CASADORE, 2018). Deste modo, o trabalho e o consumo se atrelam,

117

sendo interdependentes, constituindo um sujeito que só é visível socialmente se trabalhar, e principalmente, se consumir. Como nos apresenta Lukács (2014), em uma entrevista concedida para Kofler, o trabalho, já no século XX destrói a fronteira entre o tempo livre e o tempo de trabalho, pois, através do consumo e, principalmente, através do consumismo (o consumo pelo consumo), se torna uma nova forma de trabalho, permitindo o desenvolvimento da produção, já que não há sentido em um sistema produtivo que não viabilize o consumo das mercadorias: comprar as mercadorias é uma atividade necessária para manter a produção em constante funcionamento.

Com a manifesta imperiosidade que o trabalho exerce sobre a vida humana, urge a demanda de observar as diversas camadas do campo do trabalho, com enfoque nos fatores psicossociais, para compreender os demasiados impactos subjetivos e sociais que atravessam os trabalhadores. A seguir, buscaremos elucidar a notória participação que esses fatores empenham na estruturação do trabalho enquanto potencializadores de prazer e/ou sofrimento, além de abordar suas ramificações e remodelações de acordo com as transformações dos sujeitos e da sociedade, traçando um perfil do trabalhador no mundo contemporâneo e suas tecnologias.

Trabalho e fatores psicossociais na atualidade

A relação sujeito-trabalho é atravessada por aspectos socioafetivos, uma vez que entrelaça elementos culturais, simbólicos, imaginários e míticos, para além da configuração sociotécnica, suscitando componentes intrínsecos ao sujeito que subsidiam a organização do trabalho (ENRIQUEZ, 1997). Ao desempenhar forte mobilização psíquica e afetiva, a dinâmica organizacional se estrutura em desejos, idealizações, projeções, relações de poder-saber, assim como decorre em quaisquer dinâmicas sociais. Ao ocorrer a interação, as contradições e os conflitos entre esses aspectos estruturantes da subjetividade e do trabalho, sucede então, o prazer ou o sofrimento no trabalho (CASADORE, 2018; DEJOURS, 2004).

A Organização Internacional do Trabalho (1984) considera que o ambiente psicossocial no trabalho corresponde a configuração

118

FERREIRA, B.C; CASTRO, M.F. *Fatores psicossociais e o processo de saúde-doença no trabalho: reflexões acerca da sociedade hodierna*: R. Laborativa, v. 14, n. 2 p. 114-128, out./2025. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

organizacional, em especial a sua dinâmica e as relações de trabalho. De modo que, essa interação entre o ambiente - tendo em vista o conteúdo, o contexto e as condições de trabalho - e o trabalhador - subjetividade complexa permeada por afetos, necessidades e desejos - estabelece os chamados fatores psicossociais.

De natureza mutável, os fatores psicossociais são, em linhas gerais, vivências coletivas que desdobram-se da correlação da organização e gestão do trabalho e a inteligência e vivência dos trabalhadores (SILVA-JUNIOR & FISCHER, 2018). Como potencializadores de satisfação e/ou sofrimento, orquestram o funcionamento organizacional como uma dança entre o sistema de trabalho e o manejo do sujeito para com as adversidades deste, podendo ser vislumbrado por uma perspectiva em nível micro e macrossocial.

A nível microssocial, é preciso sublinhar as forças presentes no âmbito de trabalho aplicadas a um sujeito ou grupo específico, ponderando sobre suas particularidades. Além de considerar a implicação que a conjuntura social, econômica, cultural e histórica exerce nas subjetividades e na estruturação do trabalho como um todo, como veremos mais a frente, neste nível há um olhar mais focado na atuação dos fatores psicossociais diretamente na rotina do trabalhador, pautando-se em sua história pessoal e experiência do trabalho.

Como salientado por Dejours (2004), a subjetividade do trabalhador é por vezes menosprezada nas relações trabalhistas, busca-se confundir trabalho e sujeito e silenciar protagonismos, tentando desqualificar a interdependência entre os dois. O autor ainda aponta para uma concepção de trabalho essencialmente fora do mundo visível, uma vez que ele não se torna acessível sem possuir um corpo para experienciá-lo. Desta forma, a invisibilidade do trabalhar gera a impossibilidade de avaliá-lo isoladamente, requerendo sempre de uma subjetividade para diminuir sua inconspicuidade e, para além disso, testar as nuances subjetivas a fim de provocar uma transformação, seja ela edificante ou, então, mortificante.

Para dar luz aos fatores psicossociais dentro do cotidiano das organizações, Levi (1998) pontua alguns aspectos que devemos observar a

priori, os quais relacionam-se às condições ambientais, conteúdo e contexto de trabalho. O autor explana que, a partir da análise da ação desses aspectos organizacionais nos trabalhadores, é possível identificar potenciais estressores psicossociais, que podem afetar ativamente a saúde e a satisfação com o trabalho. Além de observar as condições físicas e químicas do ambiente de trabalho, escutar o sujeito sobre sua rotina, carga e ritmo de trabalho, o conteúdo de suas tarefas e sua participação e controle sobre seu ofício, são o pontapé desta investigação. Deve-se também averiguar a cultura organizacional, o papel desempenhado e as possibilidades de progressão de carreira, o valor social e salarial do cargo, tal como atentar-se à dinâmica das relações interpessoais dentro e fora do âmbito de trabalho. Identificar a origem estressora e os fatores de risco, possibilita traçar estratégias de enfrentamento às constantes e inúmeras exposições que a saúde do trabalhador suporta. Ademais, ao antecipar o risco e implementar ações intervencionistas que visem minimizar as afetações negativas no processo de saúde-doença, assegura-se ao trabalhador a manutenção de sua capacidade laborativa, além de evitar grandes desgastes mentais (SILVA-JUNIOR & FISCHER, 2018). Não obstante, Zanelli e Kanan (2018) ressaltam que quando há a atuação de fatores psicossociais positivos, ou protetivos, repercute no bem-estar no trabalho, no aumento de engajamento e satisfação do trabalhador, tal como pode propiciar práticas positivas de liderança.

Contudo, vale reafirmar que, em sua atividade laboral, o sujeito se depara com iminentes possibilidades de sofrimento. Para além das ameaças recorrentes nos microcosmos organizacionais, é preciso um olhar ampliado para os arranjos macrossociais que cercam e atravessam a subjetividade do trabalhador e sua relação com o trabalho. Em consonância, Seligmann-Silva (2011) pontua que o contexto histórico, político, econômico e social exerce forças sobre as subjetividades, provocando manifestações diretas ou indiretas na vida privada e laboral, podendo também favorecer ou fragilizar a saúde. Ao encarar as mazelas sociais, o sujeito é colocado frente a um processo de vulnerabilização coletiva e individual. Para entender esse processo e dimensionar os impactos psicossociais advindos da esfera macrossocial, precisamos primeiro, esboçar a sociedade contemporânea, o sujeito e o trabalho pós-moderno.

Com o passar dos tempos, o entendimento sobre o sujeito vai se transformando e ganhando camadas. A partir do século XIX, passou a ser concebido como um ser de direitos, pautando-se num discurso de progresso e emancipação, tornou-se um sujeito autônomo, histórico, moral, responsável por suas ações (ENRIQUEZ, 2006). O sujeito como um ser psíquico vem logo em seguida; à luz da psicanálise, surge o

reconhecimento em si de uma atividade psíquica intensa e contínua (que não se reduz às faculdades cognitivas), outorgando um grande lugar ao jogo das pulsões, dos sentimentos, dos desejos, das fantasias e dos processos de recalque, de idealização, de projeção, etc., que animam tanto a vida dos indivíduos como a do *socius*. [...] Reconhecer-se como sujeito psíquico é, por outro lado, aprender a se defender da fantasia da dominação total e se perceber como um indivíduo clivado, submetido à perda, à falta, ao trabalho de luto e ao sofrimento, dívidas a pagar para poder realizar, pelo menos em parte, o programa do princípio do prazer. [...] um ser que reconhece as suas contradições e os seus conflitos, sabendo que não é totalmente senhor de sua própria casa pelo fato de existir o inconsciente, submetido à vacilação e ao medo do despedaçamento, mas capaz de fazer de suas falhas o trampolim para chegar à posição de sujeito humano e de sujeito social (ENRIQUEZ, 2006, p.4).

Ao se perceber com direitos e psiquismo, o sujeito torna-se cidadão, e o Estado, por sua vez, busca estratégias para continuar desempenhando seu poder e controle. No século XX emerge, então, o conceito de biopolítica, cunhado por Foucault (2008), no qual o sujeito tem seu corpo disciplinado e sua vida atravessada e conduzida pelo poder. Há um conjunto de mecanismos mantenedores e ampliadores de uma relação de dominação da população, articulando intrinsecamente com o processo de transformações políticas e econômicas, e passando, paulatinamente, a fazer parte inerente de todas relações sociais. A biopolítica se estabelece no corpo, na saúde, nas ideias, em toda a dinâmica social, nas subjetividades, na vida.

Neste contexto, Foucault (1999) ainda aponta para uma sociedade disciplinar, que se forma a partir dessas relações de poder-saber. O autor assinala que o processo que culmina na formação desta sociedade se dá, progressivamente, desde o século XVIII, quando os dispositivos de poder e disciplina se expandem e ganham forma na esfera social. Mas é no século

121

FERREIRA, B.C; CASTRO, M.F. *Fatores psicossociais e o processo de saúde-doença no trabalho: reflexões acerca da sociedade hodierna*: R. Laborativa, v. 14, n. 2 p. 114-128, out./2025. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

XX que sua configuração está completa; com o capitalismo vigente se apresentando cada vez mais de forma maciça e crescente, desponta um apelo ao poder disciplinar: conduzir o sujeito à um adestramento que viabilize um corpo dócil, útil e produtivo. A disciplina fabrica subjetividades obedientes, mas sem reduzir suas forças, e sim direcioná-las à produção, ao trabalho. Para isso, o sujeito é, desde sua infância, inserido em instituições disciplinares e incessantemente vigiado e punido por outrem.

Com o avanço da globalização e das tecnologias, no século XXI surgem outras problemáticas, a sociedade passa por mais transformações e as afetações do mundo do trabalho se ampliam ao se aliar com as novas ferramentas digitais. Aqui, o poder passa a operar de outras formas; o sujeito internaliza a figura do vigialante e punidor, antes externo na sociedade disciplinar, e passa a se autovigiar e punir. O filósofo Han (2017) classifica esse novo arcabouço social como sociedade do desempenho e do cansaço. Culto ao imediatismo, à performance e alto desempenho, busca intangível à excelência e competitividade exacerbada fazem parte dos pilares dessa sociedade. O sujeito é colocado como o único responsável pelo seu sucesso e/ou fracasso, eximindo a responsabilidade do sistema, utilizando da falácia da meritocracia para gerar sentimento de culpa e frustração constante. Há uma violência exaustiva, com as inúmeras pressões e demandas, o sujeito acaba por recorrer à válvulas de escape para conseguir manter-se produzindo, o que pode ser denominado de *doping* (ENRIQUEZ, 2006; HAN, 2017), anestesiando-se contra o sofrimento emanante, obscurecendo também suas vivências de tédio (FERREIRA *et al.*, 2019).

Enquanto a sociedade disciplinar regravava a negativa e a proibição, aqui o discurso ganha outra faceta, disfarçando-o de motivação. Concebe-se a flexibilização do trabalho como meio para alcançar algum grau de liberdade e autonomia, levando o trabalhador a não perceber que está se autoexplorando. A ideia é que o sujeito do desempenho se sinta sempre mobilizado a se autoempreender, colocando o seu corpo e sua subjetividade sob os valores empresariais e a lógica do mercado, tornando-os meros produtos do neoliberalismo (DARDOT & LAVAL, 2016; FOUCAULT, 2008; HAN, 2017).

Envolvido pela lógica capitalista pós moderna, o trabalhador se vê cada vez mais fechado em si, todos tornam-se seus concorrentes, não há espaço para o estabelecimento de vínculos coletivos, o poder da coletividade se esvaece e o sujeito acaba isolado, individualizado. Com a fragilização das instâncias sociais, a precarização do trabalho, a ausência de suporte aos trabalhadores, a ameaça ou constatação do desemprego, o sujeito é submergido por uma vulnerabilização sistêmica e um sofrimento psíquico proeminente, ao passo que deprecia o valor subjetivo autoatribuído, propicia quadros de estresse, ansiedade e depressão ao incitar sentimentos de desesperança, insegurança, angústia, desânimo, se percebendo como um projeto de fracasso (GAULEJAC, 2007; HAN, 2017; SELIGMANN-SILVA, 2011). Todo esse sofrimento e medo gerados no processo servem, a priori, como fator de mobilização subjetiva, o trabalhador se submete a cargas de trabalho maiores e mais exaustivas para tentar evitar o risco de perder o emprego. A longo prazo ocorre o efeito contrário, o sujeito é desmobilizado ou apresenta dificuldades para mediar seu sofrimento, refletindo em seu adoecimento (ANJOS & MENDES, 2015).

Ao pensarmos o trabalho de forma ampliada, notamos seu caráter paradoxal. Sua centralidade na existência humana promove emancipação e alienação, do mesmo modo que liberta, também pode aprisionar o sujeito, sempre possibilitando prazer e sofrimento em algum grau (ANTUNES, 2020; BARUKI, 2015). Trabalhar coloca o sujeito em risco, positivos ou negativos, ao mesmo passo, o não-trabalho suscita incertezas e martírios. O sujeito que não trabalha está à margem da sociedade, é invisibilizado, se torna apenas estatística. A doença da performance da sociedade do desempenho requer que toda a vida seja performática, tudo precisa ser excelente e exposto. Não basta ser, é preciso parecer ser, é preciso ser visto; e é nisso, que o consumo se apresenta como uma única via. Por conseguinte, fomenta-se políticas de terceirização, informalidade, subemprego, precariza e marginaliza o trabalho, coagindo o sujeito a ceder seus direitos para conseguir sobreviver e permanecer ativo na sociedade de qualquer forma (CASADORE, 2018).

Gaulejac (2007) pontua que o capitalismo apoia-se em uma falsa ética para justificar as desigualdades que promove e sustenta, tentando apagar

todas suas contradições. O enriquecimento de uns é o empobrecimento de outros, o aumento nos lucros é acompanhado do aumento das demissões, da diminuição de salários e da degradação das condições de trabalho; para manter a riqueza, é preciso manter a miséria. Nutre uma personificação do ideal do sistema na figura do patrão, crescendo o imaginário de sucesso ao se tornar o próprio chefe, com uma autonomia simulada, buscando transformar-se em pseudos proprietários dos meios de produção; isto, Antunes (2018; 2020) denomina como o privilégio da servidão. O autor também discorre que, com a recente pandemia do Covid-19, o trabalho como conhecemos, que já se encontrava em derrocada, ganha traços ainda mais trágicos, intensificando o processo que ele chama de uberização, ou seja, trabalhos que estão à margem da legislação social protetora, inseridos na informalidade, precariedade, na flexibilização, caracterizando de forma mais acentuada no capitalismo periférico. Toda a insegurança deste novo mundo provoca afetações diretas ou indiretas na subjetividade, desecadeiam fatores que irão ditar as relações de trabalho em uma sociedade adoecida que entende os sujeitos como descartáveis.

Considerações finais

Constatar o incessante processo de adoecimento da sociedade capitalista e, doravante, o padecimento do trabalho nos possibilita dimensionar os fatores de risco de cada contexto e sua atuação, e, a partir disso, encontrar maneiras de enfrentá-los e diminuir seu impacto. Faz-se necessário compreender os diversos atravessamentos das subjetividades, buscar um olhar ampliado sobre o sujeito e o contexto que o cerca. Não basta olhar de forma isolada e centrada em uma problemática, é preciso expandir o entendimento, afinar a escuta e sensibilidade frente ao sofrimento do sujeito, não há respostas prontas e rápidas, tudo deve ser considerado em prol da promoção de saúde e melhora na qualidade de vida.

Considerando o que foi exposto até aqui e levando em conta a complexificação de nosso metabolismo social devido ao incremento de novas tecnologias produtivas, que revolucionaram também a informação e a comunicação social, mais reflexões surgem sobre como será o futuro do

mundo do trabalho. Alves, Gonçalves e Casulo (2020) nos aponta os desafios de nossa sociabilidade no que ele chamou de Tecnocapitalismo, onde novas formas de exploração do trabalho têm contribuído para uma precarização integral da existência humana.

O aumento de sua complexidade é um caminho evidente, tendo em vista a crescente dissolução de limites, uma vez que o trabalho transborda espaço e tempo, não há mais muros que delimitem onde e quando trabalhar. Tudo é trabalho. Quando isso acontece, as problemáticas e afetações se expandem e se confundem. O sujeito permanece em constante pressão, e suas vivências de vazio e tédio passam a ser um problema que só a satisfação ilusória da produtividade pode ser capaz de sanar, gerando culpa e ansiedade até nos momentos de lazer. Quando tudo é trabalho, o nada também se torna um incômodo, não há espaço para descanso, é preciso sempre produzir e, não obstante, consumir.

Com o sujeito imediatista, ansioso e fechado em si, a busca mordaz por excelência e alto desempenho em todos os âmbitos da vida desencadeia vivências de falta e frustração. Com o auxílio da internet, se mantém ativo o tempo todo, sendo passível de uma enxurrada de estímulos, pressões e demandas por uma vida performática. Sua existência absorve os ideais do sistema, abrindo espaço para uma produção vazia e consumo desenfreado. Para suportar a violência exaustiva, o *doping* se apresenta como uma ferramenta de manutenção do funcionamento da engrenagem da sociedade do desempenho e do cansaço. E, para silenciar os sintomas de padecimento, aumenta-se a procura e dependência de meios e/ou substâncias que permitam manter-se produzindo.

Quando a relação com o trabalho não é libertadora e satisfatória, revelando-se uma atividade estranhada, sem sentido, busca-se prazer e continência em outras circunstâncias. A título de exemplo, podemos citar a atual e progressiva incidência do vício em telas. Com acesso cada vez mais facilitado às telas, esse passa a ser o primeiro refúgio para quando se precisa de dopamina. A ativação é rápida quando se passeia pelas redes sociais, ao mesmo passo que não demora para se deparar com a culpa de não produzir. Nisso, o sujeito se encontra em um ciclo de sofrimento: a forte demanda por produtividade e alta performance desencadeia sintomas

125

de ansiedade, estresse e esgotamento; ao se deparar com a exaustão, vivenciará o vazio e o tédio, e ao não conseguir lidar com eles, busca saídas para diminuir seu incômodo; as telas e redes sociais se manifestam como fonte de prazer imediato; seu efeito é instantâneo e curto, e logo sentimentos de frustração e culpa surgirão ao se deparar com a performance alheia e sua derrocada pessoal; para se sentir menos impotente e fracassado, retorna à produtividade perene e diligência por alta performance.

Citando Dejours (2004), enquanto o sofrimento afetivo, passivo, resultante do encontro com o real assinala “uma ruptura da ação, ele não é apenas o resultado ou o fim de um processo que une a subjetividade ao trabalho. O sofrimento é, também, um ponto de partida. Nesta experiência se concentra a subjetividade.” (DEJOURS, 2004, p. 28). Ao esboçar os fatores que originam, delimitam ou findam o sofrimento, vislumbra-se possibilidades. Possibilidades de agir, de se proteger, de transformar. Encarar o real, dando luz ao que nos atravessa, viabiliza criar, em uma sociedade adoecida, modos de existir e resistir.

Referências

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ALVES, G. A. P; GONÇALVES, L. H.N; CASULO, A.C. Democratização e tecnocapitalismo: o Brasil na era neoliberal. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 24-49, jan./abr. 2020.

ANJOS, F. B; MENDES, A. M. A psicodinâmica do não-trabalho: estudo de caso com concurseiros. **Revista Laborativa**, v. 4, n. 1, p. 35-55, 2015. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Rumo à uberização do trabalho**. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (orgs.). Direitos humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 117-122.

BARUKI, L. V. **Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador:** por um regime jurídico preventivo. 2. ed. São Paulo: LTr, 2018.

CASADORE, M. M. **Fatores psicossociais e a complexidade do trabalho: perspectivas da psicossociologia.** In: SCHMIDT, M.L.G.; CASTRO, M.F; CASADORE, M. M. (orgs.). Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho. São Paulo: FiloCzar, 2018. p. 29-40.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise.** Trad. Francisco da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, E. **O homem do século XXI:** sujeito autônomo ou indivíduo descartável. RAE-eletrônica, v. 5, n. 1, art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/raeel/a/Rq474m7CnFTX4KQsNcskF3j/?format=pdf&lang=pt>

FERREIRA, B. C.; et al. As patologias do vazio e a vivência do tédio na clínica contemporânea: atravessamentos sociais e perspectivas psicanalíticas. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18., 2019, Ourinhos. **Anais...** Ourinhos: UNIFIO, 2019. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2019/ANAIS%20DO%20XVIII%20CIC-Unifio%20-%202019.pdf>

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

LEVI, L. **Factores psicosociales, estrés y salud.** In: STELLEMAN, Jeanne Mager. (org.). Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo. Madrid: Organización Internacional del Trabajo, 1998. p. 34.3-34.6. Disponível em: <https://higieneyseguridadlaboralcv.files.wordpress.com/2012/04/oit-enciclopedia-de-salud-y-seguridad-en-el-trabajo.pdf>

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács:** entrevista a Leo Kofler, Wolfgang Albenroth e Hans Heinz Holz. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Psychosocial factors at work: recognition and control. Report of the Joint ILO/WHO Committee on Occupational Health – Ninth Session. Geneva: International Labour Office, 1984. Disponível em: https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1986/86B09_301_engl.pdf

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA-JUNIOR, J.S; FISCHER, F.M. **Fatores psicossociais:** desafios contemporâneos no campo da saúde mental e trabalho. In: SCHMIDT, M.L.G; CASTRO, M.F.; CASADORE, M.M (orgs.). Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho. São Paulo: FiloCzar, 2018. p. 11-27.

ZANELLI, J.C; KANAN, Lilia Aparecida. **Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho:** organizações que emancipam ou que matam. Lages: Uniplac, 2018.

Artigo apresentado em: 03 /09/2025

Versão final apresentada em: 14/10/2025

Aprovado em: 15 /10/2025